



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Ética, Direitos Humanos e Dignidade

2



Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
(Organizador)

Ética, Direitos Humanos e Dignidade

2

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Luiza Alves Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadores: ou Autores: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
 (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E84 Ética, direitos humanos e dignidade 2 [recurso eletrônico] /
 Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. –
 Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
 Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
 Modo de acesso: World Wide Web
 Inclui bibliografia
 ISBN 978-65-5706-411-5
 DOI 10.22533/at.ed.115202309

1. Direitos humanos. 2. Ética. I. Vasconcelos, Adaylson
 Wagner Sousa de.

CDD 323.01

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil
 Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Em **ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E DIGNIDADE – VOL. II**, coletânea de quinze capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, se faz presente discussões de temáticas que circundam a grande área do Direito a partir do prisma da ética, dos direitos básicos ao sujeito social e dessa construção alicerçada na dignidade do sujeito enquanto detentor de direitos a serem assegurados pelo agente estatal.

Temos, nesse segundo volume, três grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações, nelas estão debates que circundam os direitos humanos e o trabalho, a criminalidade e temas correlatos, além do universo escolar.

Direitos humanos e o trabalho traz análises relevantes como reforma trabalhista, trabalho infantil, garantia de emprego da trabalhadora vítima de violência doméstica, além os trabalhadores de aplicativos de delivery.

Em criminalidade e temas correlatos são verificadas contribuições que versam sobre velocidades do direito penal, direito penal do terror ao direito penal liberal humanizado, adolescência e medidas socioeducativas, saúde e sistema prisional, combate ao tráfico internacional de crianças, a Lei Maria da Penha e educação e sistema penitenciário.

No universo escolar são encontradas questões relativas ao bullying homofóbico e ensino para deficientes visuais.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

REFORMA TRABALHISTA À LUZ DA CONVENÇÃO N.º 98 DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO E SEUS IMPACTOS AOS DIREITOS HUMANOS

Painalla Ribeiro Soares

Rebeca Midian Ramalho Rodrigues

Paulla Christianne da Costa Newton

DOI 10.22533/at.ed.1152023091

CAPÍTULO 2..... 8

TRABALHO INFANTIL E PERMISSIVIDADE: OS DIREITOS HUMANOS COMO PARADIGMA AO SEU ENFRENTAMENTO

Luma Liberato Melo Dias

Andrine Linhares Cavalcante

Maria Norbélia Liberato de Sousa

Lara Liberato de Sousa Ponte

DOI 10.22533/at.ed.1152023092

CAPÍTULO 3..... 17

LIMBO JURÍDICO TRABALHISTA-PREVIDENCIÁRIO: DISCUSSÃO SOBRE A EFETIVIDADE DA GARANTIA DE EMPREGO DA TRABALHADORA VÍTIMA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Kevin Pontes Ribeiro Felipe

Luciana Maria Moreira Souto de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.1152023093

CAPÍTULO 4..... 24

A VULNERABILIDADE DOS ENTREGADORES DE DELIVERYS POR APLICATIVOS E CONTRADIÇÕES A LUZ DAS LEIS TRABALHISTAS

Lara Ramos Rodrigues de Andrade

Larissa Oliveira Alves

Maria Ivonete Vale Nitão

DOI 10.22533/at.ed.1152023094

CAPÍTULO 5..... 33

AS VELOCIDADES DO DIREITO PENAL

Gabriella de Oliveira Almeida

Francisco Bezerra da Silva

Maria Luiza Lima Jason

DOI 10.22533/at.ed.1152023095

CAPÍTULO 6..... 47

HISTÓRICO E SISTEMATIZAÇÃO DOGMÁTICA DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE: DO DIREITO PENAL DO TERROR AO DIREITO PENAL LIBERAL HUMANIZADO

Leonardo Marcel de Oliveira

Tháís Karine de Cristo

DOI 10.22533/at.ed.1152023096

CAPÍTULO 7..... 61

ATÉ QUANDO? O TEMPO POR TRÁS DAS GRADES UMA ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DOS ADOLESCENTES FRENTE À INDETERMINAÇÃO TEMPORAL DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO

Débora Cecília Ribeiro Costa

DOI 10.22533/at.ed.1152023097

CAPÍTULO 8..... 78

ATO INFRACIONAL E SOCIOEDUCANDOS: UMA ANÁLISE DA CONCEPÇÃO DE RESSOCIALIZAÇÃO DOS ATORES DO SISTEMA NO CASE JABOATÃO DOS GUARARAPES

Anderson Henrique Monte da Silva

Antônio Celestino da Silva Neto

DOI 10.22533/at.ed.1152023098

CAPÍTULO 9..... 92

ASPECTOS DE SAÚDE NO SISTEMA PRISIONAL

Natália Bastos Vieira dos Santos

Nara Beatriz da Silva

Andressa Lages Vieira

Pâmila Taysa Nascimento Silva

Alinne Campelo Tertó

Janaína Juvenete Rodrigues

Jessica Brenda de Sousa Abreu

DOI 10.22533/at.ed.1152023099

CAPÍTULO 10..... 98

A SUBSTITUIÇÃO DA INTERNAÇÃO DO INIMPUTÁVEL POR DOENÇA MENTAL EM HOSPITAL DE CUSTÓDIA POR MEDIDA DE TRATAMENTO AMBULATORIAL QUANDO APENADO POR TIPO PENAL SUJEITO À RECLUSÃO: UMA ANÁLISE FRENTE AO CÓDIGO PENAL E A LEI Nº 10.216/2001

Bruno Zanesco Marinetti Knieling Galhardo

DOI 10.22533/at.ed.11520230910

CAPÍTULO 11..... 108

O COMBATE AO TRÁFICO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS PARA A ADOÇÃO ILEGAL E SUAS DIFICULDADES

Luiza Carvalho de Castro

Cindy Vieira Garcia

Sylvia Anne Gonçalves Andrade

Braulio de Magalhães Santos

DOI 10.22533/at.ed.11520230911

CAPÍTULO 12..... 114

ALTERAÇÕES NA LEI MARIA DA PENHA E SUA EFICÁCIA SOCIAL

Vanusa Nascimento Sabino Neves

Eriberto da Costa Neves
Francykelly Lourenço Silva
DOI 10.22533/at.ed.11520230912

CAPÍTULO 13..... 126

OS DESAFIOS DA OFERTA DE EDUCAÇÃO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO POTIGUAR

Tainá Porto Cotrim

DOI 10.22533/at.ed.11520230913

CAPÍTULO 14..... 140

BULLYING HOMOFÓBICO NO ÂMBITO ESCOLAR E A LEI 13.185/15

André Furtado de Souza

Marcos Vicente Marçal

Francisco das Chagas Bezerra Neto

Clarice Ribeiro Alves Caiana

Vanessa Érica da Silva Santos

Rafael Silva Linhares

Edjair Raimundo de Melo

Hugo Sarmento Gadelha

Aline Carla de Medeiros

DOI 10.22533/at.ed.11520230914

CAPÍTULO 15..... 152

**ENSINO PARA DEFICIENTES VISUAIS: APRESENTAÇÃO DE UMA METODOLOGIA
EXPERIMENTAL PARA O ENSINO EM SALA DE AULA REGULAR**

Dennis Vilar de Carvalho

Ana Kely Tomaz da Silva

DOI 10.22533/at.ed.11520230915

SOBRE O ORGANIZADOR..... 158

ÍNDICE REMISSIVO..... 159

O COMBATE AO TRÁFICO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS PARA A ADOÇÃO ILEGAL E SUAS DIFICULDADES

Data de aceite: 01/09/2020

Data de submissão: 01/06/2020

Luiza Carvalho de Castro

Universidade Federal de Juiz de Fora –
Campus de Governador Valadares
Governador Valadares – MG
<http://lattes.cnpq.br/2415173345733352>

Cindy Vieira Garcia

Universidade Federal de Juiz de Fora –
Campus de Governador Valadares
Governador Valadares – MG
<http://lattes.cnpq.br/2255051315615566>

Sylvia Anne Gonçalves Andrade

Universidade Federal de Juiz de Fora –
Campus de Governador Valadares
Governador Valadares – MG
<http://lattes.cnpq.br/9996433913692214>

Braulio de Magalhães Santos

Orientador e professor da Universidade Federal
de Juiz de Fora – Campus de Governador
Valadares
Governador Valadares – MG
<http://lattes.cnpq.br/1838520723773330>

RESUMO: O presente trabalho tem como finalidade tratar das mudanças ocorridas em alguns artigos do Código Penal brasileiro com o intuito de trazer à tona a importância de lidar e combater o tráfico de pessoas, especificamente, o de crianças, tema pouco debatido devido aos seus inúmeros obstáculos. Assim, serão discutidas as leis nº 13.344/16 e 11.106/05,

os seus propósitos a respeito da investigação policial, a dificuldade aos acessos dos dados e informações necessárias para esse combate, assim como os motivos desse crime e como costuma ser facilitado pela própria legislação. Este trabalho é realizado de forma interdisciplinar, envolvendo reflexões sobre direitos humanos das crianças e adolescente e direito penal, com o uso de pesquisa bibliográfica e estudo de caso. **PALAVRAS-CHAVE:** Tráfico de Pessoas, Adoção Ilegal, Crianças.

THE FIGHT AGAINST INTERNATIONAL CHILDREN TRAFFICKING FOR ILLEGAL ADOPTION AND ITS HINDRANCES

ABSTRACT: This present article has the objective of showing the occurred changes in the Brazilian Criminal Code and to enlight the meaning of dealing with and fighting the human trafficking, specifically children trafficking, a slightly discussed theme due its numerous obstacles and difficulties. This way, the laws nº 13.344/16 and 11.106/05 of the Brazilian criminal code will be the window of main discussion of this present task, including its purposes, criminal investigation, troubles of data and information gathering against these crimes, as well as the reasoning of these illegal acts and how they are mistreated and often facilitated by the mentioned legislation. This project is interdisciplinary guided engaging children and human rights and criminal law alongside extensive bibliographic research and in-cases studies.

KEYWORDS: Human Trafficking, Illegal Adoption, Children.

1 | INTRODUÇÃO

O crime de tráfico internacional de pessoas acontece ao redor do mundo e a sua ocorrência vem se acentuando, especialmente em populações mais vulneráveis. Um dos grupos mais visados pelo tráfico é o das crianças, as quais representam quase um terço das vítimas, segundo relatório global da ONU (2018, p. 25). Dentro dessa faixa etária, as meninas representam 23% das vítimas detectadas, enquanto que os meninos correspondem a 7%. O mesmo relatório aponta, ainda, o avanço do crime de tráfico de pessoas no mundo, o que se constitui igualmente como um dado alarmante e que merece atenção.

O Brasil tem seguido o mesmo processo de produção de meios para que a ocorrência do crime de tráfico internacional de pessoas diminua. Cientes da realidade de grande parcela da população brasileira, é preciso entender que a alta desigualdade social reflete sobre o modo que os crimes são praticados em território nacional.

O presente trabalho visa elucidar o modo que o tráfico de pessoas se expressa na realidade brasileira, com o enfoque sobre a situação das crianças; além de explicar os métodos que os agentes utilizam para agir e quais leis estão sendo violadas. Há a necessidade, portanto, de analisar as previsões presentes no ordenamento jurídico brasileiro que abarcam tais práticas, além de exemplificar com jurisprudências, qual é o entendimento sobre os casos mais pertinentes, a fim de entender a visão normalmente adotada pelo Judiciário.

2 | METODOLOGIA

Serão aqui discutidas as leis nº 13.344/16 e 11.106/05, os seus propósitos a respeito da investigação policial, a dificuldade aos acessos dos dados e informações necessárias para esse combate, assim como os motivos desse crime e como costuma ser facilitado pela própria legislação.

Para isso, será feita um estudo interdisciplinar, envolvendo reflexões sobre Direitos Humanos das Crianças e Adolescentes e Direito Penal, com o uso de pesquisa bibliográfica, jurisprudência e doutrinas.

3 | TRÁFICO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS PARA ADOÇÃO ILEGAL

Em outubro de 2016 foi sancionada a Lei 13.344/2016, que versa sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas. Tal lei decorre do projeto de lei da CPI do tráfico de pessoas (PLS 479/2012), que visou adaptar a legislação brasileira ao Protocolo de Palermo, tratado na Organização das Nações Unidas (ONU). Antes, na legislação brasileira não havia a devida atenção ao tráfico de pessoas, pois não era tipificado de modo correto.

No Código Penal, o tráfico de pessoas só era abordado para fins de exploração sexual, por exemplo. Com a nova lei, há um artigo sobre o tráfico de pessoas voltado para exploração como, por exemplo, a sexual e adoção ilegal. Dentre essas mudanças, uma também muito importante veio com a lei 11.106 de 2005 que alterou a redação do artigo 231 do Código Penal, passando este a tratar o assunto com maior rigidez, mudando sua nomenclatura para “Tráfico Internacional de Pessoas”, tornando-a mais ampla e, assim, figurando não somente mulheres no polo passivo deste crime.

Assim, pode-se perceber um aumento no combate a este tráfico com repressão, prevenção e proteção, tendo esta uma ressaltada e relevante alteração com assistência às vítimas, brasileiras ou estrangeiras, com auxílio jurídico e à saúde, por exemplo. Dentre as inovações, há a probabilidade de constituir equipes conjuntas de investigação e dispositivos especiais para bloquear os bens daquele que está traficando. Agora a polícia e o MPF têm mais poderes em relação ao acesso de dados. Também, dentre as mudanças, há a concessão de residência permanente a estrangeiros vítimas de tráfico no Brasil.

Desta forma, a modificação sobre o entendimento quanto a temática de tráfico internacional de pessoas no Código Penal, com o acréscimo do artigo 149-A em 2016, colocou em evidência outras finalidades de tal crime, como por exemplo em específico a crianças, a adoção ilegal. Em consequência disto, é notável que tal crime não possui uma única forma de execução e isto gera impactos diretamente nas próprias medidas de prevenção e repressão a serem adotados pelo Estado e a sociedade.

A Adoção Internacional surge quando os conflitos internacionais que assolaram o continente europeu deixaram muitos órfãos e se tornou comum a prática de famílias adotarem crianças estrangeiras no período pós-guerra, na segunda metade do século XX. Desde esse período, os organismos internacionais passaram a estudar esse fenômeno para melhor formalizá-lo, uma vez que a proteção dos direitos humanos das crianças e adolescentes estava em jogo e através da adoção garantia-se o acesso aos direitos indispensáveis ao desenvolvimento desses indivíduos em estado de abandono e, além disso, via-se uma oportunidade de qualquer desvio do seu caráter humanitário e social.

Dessa forma, tende-se a destacar as iniciativas que pretenderam concretizar uma comunidade internacional onde os direitos humanos são prioridade absoluta das ações do Estado para uma transformação no paradigma de tratamento destes sujeitos quando a Declaração dos Direitos da Criança, de 1959, afirma que a criança poderá gozar de proteção social e que a ela serão proporcionadas oportunidades e facilidades, por meio da lei, com o objetivo de lhe facultar o desenvolvimento físico, moral, mental, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade, e sempre levando em consideração o melhor interesse da criança.

Essa perspectiva, portanto, foi capaz de produzir a inserção da adoção internacional nos ordenamentos de várias nações e oferecer a base necessária para discutir sobre esse tema. Em âmbito nacional, tal instituto é tutelado pelo artigo 227, §5º da Constituição

Federal da República Federativa e artigos 31, 51 e seguintes do Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), sendo tratada por este diploma como uma medida excepcional a ser adotada.

A adoção internacional em questão pode deixar de ser um benefício para as crianças e adolescentes para se tornar um malefício quando dotadas de irregularidades. Conforme Foltran (2017, p. 135) tal irregularidade pode ser observada, por exemplo, quando os adotantes pagam para intermediários agilizarem o processo de adoção, eliminando assim a burocracia existente, tendo entre estes intermediários inclusive advogados, juizes, médicos, dentre outros profissionais.

Com base no artigo 51 do ECA, “considera-se adoção internacional aquela na qual o pretendente possui residência habitual em país-parte da Convenção de Haia, (...) e deseja adotar criança em outro país-parte da Convenção” (BRASIL, 2017). Ainda, nos incisos de tal artigo há a especificação das situações em que a adoção internacional pode ser realizada, como por exemplo: esgotamento da possibilidade da criança ser adotada por família brasileira, devidamente comprovado no processo de adoção; quando se trata de adolescente e o mesmo anuiu; a colocação em família adotiva se constitui como solução adequada para o caso.

Visando penalizar aqueles que se envolvem com o tráfico internacional de crianças, o ECA, em seu artigo 239, determina que a pena será de reclusão de 4 a 6 anos para os envolvidos no envio de criança e adolescente para o exterior ilegalmente ou para obter lucro, sendo elevada nos casos em que houver violência, grave ameaça ou fraude. A jurisprudência traz considerações importantes ao tráfico internacional de menores a partir desse artigo, como é possível perceber no exemplo abaixo:

PENAL. TRÁFICO INTERNACIONAL DE MENOR. ART. 239 DO ECA. (...)
239 ECA. **O artigo 239 do Estatuto da Criança e do Adolescente se perfaz em duas hipóteses distintas, que são o tráfico oneroso de criança ou adolescente, quando a pessoa obtém lucro direto com a utilização da criança ou do adolescente como objeto material do crime, ou quando o agente promove ou auxilia nos atos destinados ao envio de criança ou de adolescente ao exterior, sem a observação das formalidades legais,** o que exatamente aconteceu no caso dos autos. (...) providenciando a certidão de nascimento falsa, onde atribuía a si a paternidade da criança, para que, de posse deste documento, fosse concedida autorização para o requerimento de passaporte e para viajar ao exterior, **consumando-se o referido crime, ainda que não se tenha logrado êxito em tal intento.** 239 DO ECA (...) (PROCESSO Nº 200250010076546 RJ 2002.50.01.007654-6, Relator: Desembargadora Federal LILIANE RORIZ, Data de Julgamento: 24/11/2010, SEGUNDA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: EDJF2R - Data: 01/12/2010 - Página: 159/160) (grifo nosso)

Além disso, é considerável trazer a distinção entre adoção, adoção à brasileira e tráfico internacional de crianças, mesmo que esses temas estejam relacionados. A adoção, como já citada, é constituída de todas as exigências e formalidades previstas na lei e exige

a intervenção da autoridade judiciária, que possui competência para apreciar, decidir e controlar os atos para a realização desse ato.

A adoção à brasileira, por sua vez, trata-se de registrar o filho de outra pessoa como seu, sem seguir as adequações legais, o que, além de constituir crime de falsidade ideológica punível por lei, expõe os pais adotivos à ausência de proteção legal. Alguns exemplos dessa adoção são os julgados HC 385.507, HC 395.281, HC 409.623 e a visão do Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) no recurso especial nº 1.088.157/PB, os quais decidiram por manter a adoção à brasileira. Outros casos, no entanto, como em agosto de 2017, foi decidido a não permanência da adoção ilegal. A 4ª Turma do STJ decidiu que uma criança entregue pela mãe biológica a terceiros, mesmo tendo permanecido com a nova família por dez meses, deveria ser encaminhada a um abrigo, visto que o fato se tratava de uma suspeita de tráfico infantil (ressalta-se que o número do processo não pode ser divulgado em razão de ser autuado em segredo de justiça).

Por outro lado, o tráfico internacional de crianças ocorre por meio da inobservância e da fraude às formalidades da lei, inviabilizando a intervenção e o controle da autoridade judiciária, como o sumiço de processos judiciais e confecção de assinaturas falsas. Este se dá por falta de rigor em processos de adoção internacional e, em muitos casos, há a ajuda de instituições clandestinas como do próprio judiciário.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo exposto, é necessária a seguinte reflexão: o ordenamento jurídico brasileiro, a partir da disposição do Código Penal, Estatuto da Criança e do Adolescente e as políticas e planos de enfrentamento ao tráfico de pessoas, está sendo capaz de gerar progressos no âmbito fático sobre a temática da adoção ilegal?

O que se cogita é que, apesar dos avanços em termos legislativos, o ordenamento jurídico brasileiro precisa ainda avançar sobre a temática em questão, visto que as quadrilhas voltadas ao tráfico internacional de crianças para adoção ilegal são estruturadas e têm, inclusive, utilizado a seu favor a tecnologia, o que facilita a prática do crime e dificulta o trabalho da polícia.

Além disso, o fato dos processos judiciais envolvendo crianças e adolescentes serem sigilosos impedem uma resposta incisiva quanto a um progresso do ordenamento jurídico, visto que, neste ponto, pode ser dito como um empecilho para o conhecimento quanto a forma de aplicação das normas ao caso concreto.

REFERÊNCIAS

BENTO, Heli André. **A adoção internacional: entre a lei e a prática**. 2014. Disponível em: dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/12718/1/PDF%20-%20Heli%20Andre%20Bento%20Costa.pdf. Acessado em 09.09.2019.

BRASIL. **Decreto nº 2.848**, de 07 de dezembro de 1940.

BRASIL. **Decreto nº 5.017**, de 12 de março de 2004.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266. Acessado em: 16. 12.2019.

BRASIL. Senado Federal. **Nova lei contra o tráfico de pessoas facilita punição e amplia proteção à vítima**. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/13/novo-marco-legal-contra-o-traffic-de-pessoas-facilita-punicao-e-amplia-protacao-a-vitima>. Acessado em: 15.09.2019.

FOLTRAN, Juliana Boldeke. **O tráfico infantil nas sombras da adoção internacional**. 2017. *In.*: BRASIL. Ministério Público Federal: Tráfico de pessoas. 2ª Câmara de Coordenação e Revisão. Organização: Stella Fátima Scampini. Brasília: MPF, 2017.

JUSBRASIL. **Quatro pessoas são condenadas em Governador Valadares (MG) por tráfico internacional de menores**. Notícia disponível em: mpf.jusbrasil.com.br/noticias/681692609/quatro-pessoas-sao-condenadas-em-governador-valadares-mg-por-traffic-internacional-de-menores. Acessado em: 10.09.2019.

MATIAS, Augusto. **Adoção internacional: da adoção irregular**. Disponível em: augustomatias.jusbrasil.com.br/artigos/260981467/adocao-internacional-da-adocao-irregular. 2015. Acessado em: 09.09.2019.

ONU. **Crianças são quase um terço das vítimas de tráfico humano no mundo, diz ONU**. 2019. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/criancas-sao-quase-um-terco-das-vitimas-de-traffic-humano-no-mundo-diz-onu/>. Acessado em: 15.09.2019.

UNODC. **Relatório Global sobre Tráfico de Pessoas. 2018**. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/Ipobrazil/Topics_TIP/Publicacoes/TiP_PT.pdf. Acessado em: 02.09.2019.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adoção Ilegal 108, 109, 110, 112

Adolescente 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 74, 77, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 108, 111, 112, 113, 141, 150

Âmbito Escolar 140, 141, 147, 151

Aplicativos 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32

Ato Infracional 62, 63, 65, 68, 70, 71, 74, 75, 77, 78, 81, 84, 88

D

Deficientes Visuais 152, 153, 154, 155, 156, 157

Delivery 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32

Dignidade 2, 2, 3, 6, 12, 14, 48, 50, 54, 57, 58, 82, 88, 106, 110, 125, 127, 134, 136, 137, 156

Direito Penal 33, 34, 35, 38, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 104, 105, 106, 107, 109

Direito Penal do Terror 47, 48, 58

Direito Penal Liberal Humanizado 47

Direitos Humanos 2, 1, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 14, 15, 16, 18, 22, 27, 60, 83, 108, 109, 110, 114, 115, 116, 117, 125, 134, 141, 158

Doença Mental 98, 99, 102, 105

E

Educação 10, 11, 13, 14, 78, 82, 87, 88, 89, 90, 91, 95, 121, 122, 123, 124, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 141, 146, 147, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 158

Emprego 3, 4, 10, 11, 13, 17, 19, 20, 21, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 48, 65, 75, 102

Ensino 15, 78, 81, 82, 92, 128, 131, 146, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158

Ética 2, 50, 51

I

Internação 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 83, 84, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106

L

Lei Maria da Penha 17, 18, 19, 20, 21, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 125

M

Medida Socioeducativa 61, 62, 65, 66, 67, 68, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 79, 83, 84, 86

P

Princípio da Legalidade 47, 48, 55, 56, 57, 58

R

Reforma Trabalhista 1, 2, 4, 5, 6

Ressocialização 78, 79, 80, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 127

S

Saúde 13, 14, 15, 22, 27, 30, 39, 82, 89, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 104, 105, 106, 110, 121, 124, 132, 144, 150

Sistema Prisional 92, 93, 94, 95, 96, 128, 129, 131, 132, 133

T

Trabalho Infantil 8, 9, 10, 11, 14, 15, 16

Tráfico Internacional 108, 109, 110, 111, 112, 113

V

Violência Doméstica 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 114, 115, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 143

Vulnerabilidade 14, 24, 25, 26, 27, 31, 86, 132



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ética, Direitos Humanos e Dignidade

2



🌐 www.atenaeditora.com.br
✉ contato@atenaeditora.com.br
📷 @atenaeditora
📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Ética, Direitos Humanos e Dignidade

2